

## EDITORIAL/EDITORIAL NOTE

*Maria João Melícias*

*Miguel Sousa Ferro*

Este número 40 da Revista de Concorrência & Regulação abre com um trabalho doutrinal aprofundado de Luís Guilherme Catarino, que se debruça sobre a realidade e os desafios da regulação dos instrumentos inovadores no mundo financeiro, concentrando-se nas ofertas públicas iniciais de moeda, em especial no que respeita a criptomoeda, tokens, blockchain, entre outros. O autor defende a necessidade de maior intervenção regulatória, desenvolvida em termos globais e abstratos em vez de uma abordagem casuística, com vista à defesa da estabilidade do setor financeiro e proteção dos consumidores.

Armando Sumba, docente na Faculdade de Direito de Bissau e com uma já longa carreira no setor

*This Issue 40 of the Revista de Concorrência & Regulação begins with an in-depth research paper by Luís Guilherme Catarino, who provides an overview of the reality and challenges of the regulation of innovative instruments in the financial world, focusing of initial coin offerings, in particular in what concerns cryptocurrency, tokens, blockchain and others. The author argues for the need for a greater degree of regulatory intervention, to be developed in abstract and global terms, instead of a case-by-case approach, with the aim of defending the stability of the financial sector and protecting consumers.*

*Armando Sumba, a lecturer at the Bissau Law School with an already long career in the financial sector, presents us*

financeiro, apresenta-nos uma análise crítica da regulação e supervisão de instituições de microfinanças no contexto da União Económica e Monetária da África Ocidental. O autor realça o contraste entre a importância e potencial impacto dos instrumentos de microfinanças e a receptividade e sucesso destes instrumentos nesta região. São identificadas ineficiências e características regulatórias desaptadas de realidades locais, sendo atribuídas responsabilidades a legisladores, reguladores e operadores privados.

João Torres, Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, naquele que foi o seu discurso de encerramento da 1.<sup>a</sup> Conferência Women@CompetitionIberia, realizada em Lisboa em maio de 2019, discute alguns dos principais desafios com que nos defrontamos hoje na concorrência e na regulação da economia, incluindo a economia digital, *big data* e privacidade.

Irene Moreno-Tapia e Victoria Rivas contribuem para o debate em curso sobre a transposição da Diretiva ECN+ (Diretiva 2019/1/UE), com reflexões sobre preocupações ligadas aos direitos fundamentais suscitadas pelo acréscimo de poderes das ANCs, pelas normas sobre inspeções e acesso a informação, e pelos poderes de imposição de sanções.

Guilherme Oliveira e Costa olha para o recente acórdão do Tribunal

*with a critical analysis of the regulation and supervision of microfinance operators in the context of the West African Economic and Monetary Union. The author highlights the contrast between the important and potential impact of microfinancing instruments and the receptiveness and success of these instruments in this region. The paper identified inefficiencies and regulatory characteristics ill adjusted to local realities, with responsibility being assigned to legislators, regulators and private operators.*

*João Torres, Secretary of State for Trade, Services and Consumer Protection, discusses some of the main challenges we are faced with in competition and economic regulation, including the digital economy, big data and privacy, in an article which is his closing keynote speech, delivered at the first Women@CompetitionIberia Conference, held in Lisbon in May 2019.*

*Irene Moreno-Tapia and Victoria Rivas contribute to the ongoing debate on the transposition of the ECN+ Directive (Directive 2019/1/EU) with thoughts on concerns connected to fundamental rights raised by the increased empowerment of NCAs, provisions on inspections and access to information and powers to impose sanctions.*

*Guilherme Oliveira e Costa looks at the recent judgment of the Court of*

de Justiça da UE no caso Otis, e o seu impacto sobre a aplicação privada do direito europeu da concorrência, no que respeita à questão específica da causalidade e às clarificações mais amplas das regras aplicáveis à responsabilidade extracontratual por violações dos Artigos 101.º e 102.º do TFUE.

*Justice of the EU in the Otis case, and its impact on the private enforcement of EU Competition Law, both with regard to the specific issue of causality and the broader clarifications on the rules applicable to tort liability for infringements of Arts. 101 and 102 TFEU.*